

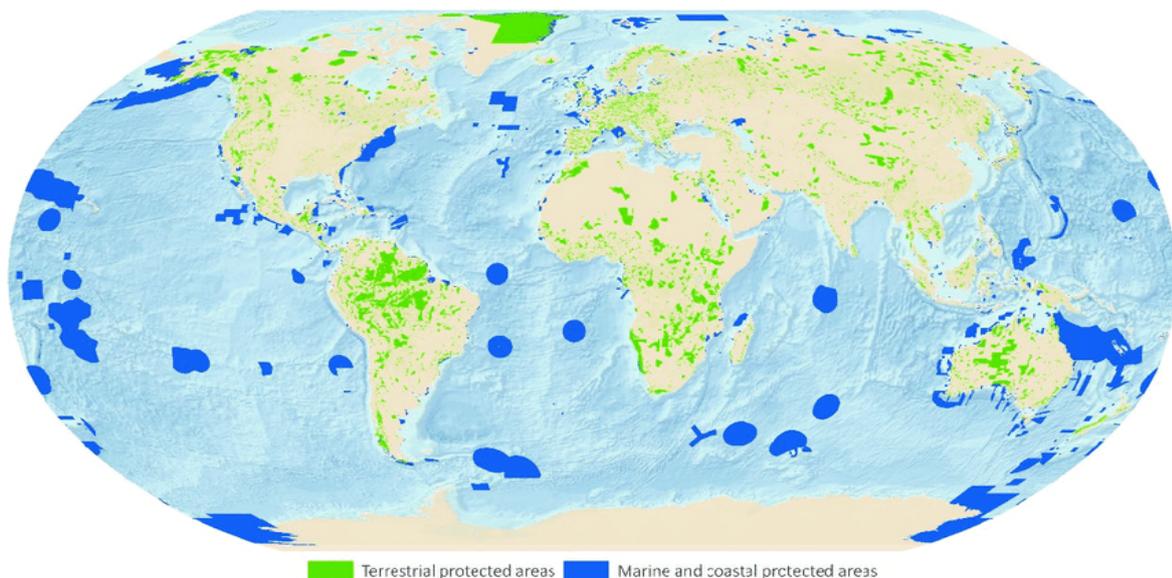
Governança de áreas protegidas e redução da pobreza

de Fausto Fidalgo Daniel Ngove

É amplamente difundido que a criação, desenvolvimento e gestão eficiente das áreas protegidas e de conservação faz parte de uma estratégia global de conservação que pode contribuir para a redução da pobreza. Desde o início dos anos 90 os governos de muitos países, principalmente dos países em desenvolvimento dobraram a extensão das áreas de protecção da natureza. Hoje aproximadamente 15% da superfície terrestre mundial e cerca de 7% dos oceanos encontram-se protegidos.

É provável que esses números aumentem, para atingir a meta de 17% de cobertura de áreas protegidas terrestres e 10% de áreas protegidas marinhas até 2020, *Aichi Biodiversity Target 11*. Mas o grande desafio é que das 238.563 áreas protegidas existentes no mundo, apenas 21% possuem práticas de manejo consistentes com os objectivos de conservação da biodiversidade

Figura 1. Distribuição espacial das áreas protegidas do mundial



. Fonte: UNEP-WCMC IUCN and NGS (2018).

Existem duas grandes questões importantes. A primeira é que projetar áreas protegidas é relativamente fácil se olharmos para os vários processos de políticas internacionais, incluindo a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, a *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* e a *Convenção de Ramsar*. No entanto, os custos das intervenções de conservação são suportados pelas comunidades locais. Um estudo recente de Jones *et al.* (2018) constatou que a maioria dos parques nacionais, reservas, áreas de conservação, santuários e similares enfrentam agora uma crescente e intensa pressão humana. Os autores afirmam que apenas 42% de áreas protegidas de uma amostra de 8.950 áreas estudadas encontram-se livres de pressão humana e ocorrem principalmente em áreas remotas de nações desenvolvidas, como Rússia e Canadá.

Por outro lado, as áreas protegidas com objectivos estritos de conservação da biodiversidade (categoria I e II da IUCN¹) estão mais sujeitas a níveis significativos de pressão humana do que aquelas que tem uma abordagem mais equitativa, que conciliam os objectivos de conservação com as necessidades de subsistência das comunidades locais (Categoria III e IV da IUCN) e tem maior atenção a boa governança (Conservation Initiative on Human Rights, 2014).

Em muitos países em desenvolvimento, o estabelecimento de áreas de conservação é a opção de desenvolvimento económico mais viável e sustentável, e converte-se numa das principais fontes de ganhos em divisas. As áreas de conservação bem geridas beneficiam aos grupos mais pobres através do emprego de pessoas locais, fornecimento de bens e serviços a indústria do turismo e abertura de pequenas empresas comunitárias, trazendo impactos positivos para redução dos níveis de pobreza.

Não se trata de uma coincidência, mas na maioria dos países em desenvolvimento que são ricos em biodiversidade, como os países da África Oriental e Austral (ESA), os recursos financeiros necessários para treinar e equipar correctamente guardas florestais são escassos. No entanto, essa biodiversidade encontra-se sob pressão de uma serie de ameaças, incluindo perdas e degradação de habitat, exploração excessiva de recursos naturais, poluição, mudanças climáticas e espécies exóticas invasoras. Essas ameaças são impulsionadas por altos níveis de pobreza, crescimento populacional e crescentes demandas globais por recursos naturais.

¹ União Internacional para Conservação da Natureza

De igual modo, a maioria das áreas protegidas dos países do *ESA* foram designadas pelo governo no período colonial e tinham o estatuto de áreas de conservação estritas, portanto excluíam as comunidades locais. Na década 80 a maioria dessas áreas estritamente protegidas começou a registar consideráveis declínios de biodiversidade, o que exigia a introdução de uma abordagem de conservação mais inclusiva. A abordagem de uso sustentável, participação local foi durante os últimos anos a saída para a redução de conflitos e iniquidade social. A persistência das áreas protegidas esta associada à sua capacidade de contribuir para a o desenvolvimento sustentável.

Além disso, na maioria das áreas protegidas do mundo tem pessoas que residem dentro delas, ou dependem dos recursos naturais para a subsistência.

Em geral, as várias abordagens criadas para o envolvimento da comunidade produziram resultados mistos. Na prática a distribuição equitativa dos benefícios financeiros e sociais pode ser capturada por pequenas elites a nível local, em vez das pessoas pobres ou da comunidade local existente. As questões de transparência e a responsabilização exigem que comunidades inteiras, incluindo mulheres, estejam genuinamente envolvidas na tomada de decisão. Também é fundamental que haja clareza sobre a posse de terra e dos recursos naturais para o sucesso da biodiversidade como repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso sustentável.

O segundo problema com as áreas protegidas são as metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica, que parecem simples, objectivas, facilmente comparáveis de um lugar para o outro e baratas de medir. Mas o resultado é que para os governos ignoram as advertências da convenção para proteger áreas “*de importância particular para a biodiversidade*” e em vez disso, concentram-se quase que exclusivamente na maximização da superfície (Barnes *et al.*, 2018).

A estratégia de muitos países é designar áreas protegidas em regiões remotas onde o custo e o inconveniente para os humanos é mínimo. A Austrália, por exemplo, colocou largas áreas protegidas em sua vasta região central do deserto, ao invés de áreas costeiras onde elas protegem espécies mais ameaçadas. Da mesma forma o Brasil designou novas áreas marinhas protegidas, mas omitiu áreas próximas à costa, onde há maior diversidade de vida selvagem e enfrentado ameaças devido a intensa actividade humana.

Muitos países da ESA tem uma grande percentagem de sua superfície terrestre para alguma forma de conservação. Países como Tanzânia, Botsuana, Eritreia e Zâmbia já alcançaram uma cobertura de mais de 30% de áreas protegidas. No Congresso Mundial de Parques em 2003, o Governo do Madagáscar comprometeu-se a triplicar sua cobertura de área protegida para 10% da superfície do país (Niskanen, 2011).

Num estudo realizado por Ward *et al.*, (2018), no Parque de Mangaba do Madagáscar sobre mudanças na governança de áreas protegidas e acesso a serviços ecossistêmicos pelas comunidades locais, constatou que embora as comunidades locais tenham sido envolvidas na governança do Parque, a redução no acesso aos serviços ecossistêmicos está a criar um custo de oportunidade a curto prazo, então é necessário reconhecer e realizar intervenções de subsistência. Também é importante ter em conta a diversidade de valores culturais e sociais, incorporados nas actividades de subsistência, em vez de considera-los como questões de conservação ou sustentabilidade. Assim como, é importante fortalecer as instituições ao nível comunitário e assegurar a participação de todos os agregados para evitar o surgimento de desigualdades.

Por outro lado, é importante considerar cuidadosamente se as novas áreas protegidas criadas no âmbito da *Durbun Vision*, tanto no Madagáscar, como em outras partes do Mundo, podem ser definidas como co-geridas quando existem regras e regulamentações que as comunidades envolvidas devem seguir. Além disso, é preciso verificar se as mudanças nas condições de vida orientadas por políticas levam em consideração as implicações culturais. O que exige que se tenha uma visão holística do que é incorporado a um meio de subsistência, identificar onde as acções precisam ser tomadas para mitigar a situação para aqueles que suportam os custos (Ward *et al.*, 2018a).

Bibliografia

Barnes, M. D., Glew, L., Wyborn, C., & Craigie, I. D. (2018). Prevent perverse outcomes from global protected area policy. *Nature Ecology & Evolution*, 2(5), 759–762. Retrieved from <https://www.nature.com/articles/s41559-018-0501-y>

Conservation Initiative on Human Rights. (2014). Human Rights in Conservation: Progress since Durban. Retrieved from <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/ImplementationReport/IUCN5.pdf>

Jones, K. R., Allan, J. R., Maxwell, S. L., Fuller, R. A., Venter, O., Watson, J. E. M., & Negret, P. J. (2018). One-third of global protected land is under intense human pressure. *Science*, 360(6390), 788–791. <https://doi.org/10.1126/science.aap9565>

Niskanen, L. (2011). Situation Analysis – Conservation Areas & Species Diversity. IUCN Eastern and Southern Africa Programme Office. Retrieved from https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/iucn_esaro_casd_situation_analysis.pdf

UNEP-WCMC IUCN and NGS. (2018). Protected Planet Report 2018. Tracking progress towards global targets for protected areas. Cambridge, UK; Gland, Switzerland; and Washington, D.C., USA. Retrieved from https://livereport.protectedplanet.net/pdf/Protected_Planet_Report_2018.pdf

Ward, C., Stringer, L. C., & Holmes, G. (2018a). Protected area co-management and perceived livelihood impacts. *Journal of Environmental Management*. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2018.09.018>

Ward, C., Stringer, L., & Holmes, G. (2018b). Changing governance, changing inequalities : Protected area co-management and access to forest ecosystem services: a Madagascar case study. *Ecosystem Services*, 30, 137–148. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.01.014>